

***ENERFIN DO BRASIL
SOCIEDADE DE ENERGIA LTDA.***

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Balanco PatrimonialEm 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.714	12.036
Contas a receber de clientes	6	4.617	11.966
Impostos a recuperar	7	393	63
Créditos diversos		564	359
Total do ativo circulante		15.288	24.424
Não Circulante			
Partes Relacionadas		-	57
Outros Créditos		72	-
Imobilizado	9	4.047	3.312
Total do ativo não circulante		4.119	3.369
Total do Ativo		19.407	27.793

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	10	431	324
Provisões	12	5.748	7.771
Obrigações Sociais		795	783
Impostos a recolher		82	1.578
Provisão IRPJ e CSLL	8	700	441
Total do passivo circulante		7.756	10.897
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	1.800	1.800
Reservas de lucro	13	9.851	15.096
Total do patrimônio líquido		11.651	16.896
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		19.407	27.793

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Operacional Líquida	14	50.042	38.426
Custo dos Produtos Vendidos	15	(5.925)	(8.806)
LUCRO BRUTO		44.117	29.620
Despesas Gerais e administrativas	15	(10.731)	(10.700)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		33.386	18.920
Receitas financeiras	16	785	171
Despesas financeiras	16	(302)	(29)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		33.869	19.062
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	8	(6.052)	(4.500)
Lucro Líquido do Exercício		27.817	14.562

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro Líquido do Exercício	27.817	14.563
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>27.817</u>	<u>14.563</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Reservas de Lucro			Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1.800	360	15.174	-	17.334
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	14.562	14.562
Constituição de Reserva Especial		-	-	14.562	(14.562)	-
Distribuição de Dividendos		-	-	(15.000)	-	(15.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.800	360	14.736	-	16.896
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	27.817	27.817
Constituição de Reserva Especial	13	-	-	27.817	(27.817)	-
Distribuição de Dividendos	13	-	-	(33.062)	-	(33.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.800	360	9.491	-	11.651

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do Exercício		27.817	14.563
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	8	6.052	4.500
Depreciação e amortização	9	699	538
		34.568	19.601
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Clientes a Receber		7.349	(4.693)
Créditos diversos		(2.174)	7.912
Impostos a recuperar		(330)	268
Fornecedores		107	16
Partes Relacionadas		(57)	68
Impostos a recolher		(2.655)	1.215
Caixa gerado pelas atividades operacionais		36.808	24.387
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(4.634)	(5.075)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		32.174	19.312
Fluxo De Caixa Das Atividades De Investimento			
Investimento		-	2
Aquisição de imobilizado	9	(1.434)	(869)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		(1.434)	(867)
Fluxo De Caixa Das Atividades De Financiamento			
Pagamento de dividendos	13	(33.062)	(15.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(33.062)	(15.000)
Redução (Aumento) Líquido No saldo De Caixa E Equivalentes De Caixa		(2.322)	3.445
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.036	8.591
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		9.714	12.036

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais – R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Enerfín do Brasil – Sociedade de Energia Ltda (“Companhia”) é uma sociedade limitada de capital fechado, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, constituída em 08 de dezembro de 2004.

Seus principais sócios são:

	<u>Quotas</u>	<u>% de Participação</u>
Enerfín Sociedad de Energia S.L.	1.800.000	99,99%
José Castellanos Ybarra	<u>1</u>	<u>0,01%</u>
	<u>1.800.001</u>	<u>100%</u>

A Companhia tem por objeto a exploração das fontes alternativas de energia eólica, mediante projetos, implantação, construção, operação, manutenção, engenharia, montagem, reparação e conservação de instalações de energia no sentido mais amplo da palavra, ou seja, a execução das mesmas com ou sem fornecimento de materiais por conta própria e/ou de terceiros, de forma exclusiva ou através de associação, em qualquer de suas modalidades, e a prestação de serviços de gerenciamento, assessoramento técnico, transferência de tecnologia e demais atividades vinculadas ao setor energético, inclusive importar e exportar.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 7.532 em 2021 (R\$ 13.527 em 31 de dezembro de 2020).

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações. Além disso, historicamente a companhia vem gerando recursos suficientes para arcar com todas as suas obrigações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais impuseram restrições com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Estas medidas foram em sua grande maioria relacionadas a imposição do distanciamento social e trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores. Na gestão da operação dos parques estão sendo adotados todos os cuidados e restrições de sanitárias estabelecidos pelas autoridades governamentais, entretanto a companhia não observou impactos relevantes causados pela pandemia em suas operações, devido à natureza do seu negócio que está atrelada ao recurso eólico, que é a fonte para a geração de energia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de abril de 2022.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido

ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.7. Tributação

Lucro Presumido

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada com base no Lucro Presumido que é de 32% para prestação de serviço do exercício, conforme legislação fiscal vigente, acrescido das receitas financeiras. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre esse Lucro Presumido com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.9. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da gestão e operação de parques eólicos. Os valores são faturados aos clientes de acordo com os contratos firmados.

2.10. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.10.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.11. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.12. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas:

- a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:
 - (I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros.
 - (II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.
 - (III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual.
 - (IV) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato.
 - (V) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
 - (VI) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis.
 - (VII) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
 - (VIII) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).

A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício.

4.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo de caixa e bancos	25	11
Aplicações financeiras	<u>9.689</u>	<u>12.025</u>
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u><u>9.714</u></u>	<u><u>12.036</u></u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Aplicação Financeira

<u>Agente Financeiro</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco do Brasil	Soberano RF Simples FIC	Indefinido	98,64% do CDI a.a.	339	292
Banco Brnrisul	MASTER FI RENDA FIXA	Indefinido	68,01% do CDI a.a.	4	4
Banco Santander	Master Fi Renda Fixa	Indefinido	97% do CDI a.a.	9.282	11.665
Título de Capitalização	Sul América	Indefinido	TR+6 % a.a	<u>64</u>	<u>64</u>
				<u><u>9.689</u></u>	<u><u>12.025</u></u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativos prestação de serviços, conforme contratos firmados.

	2021	2020
Ventos do Sul Energia S.A.	1.422	2.813
Parques Eólicos Palmares S.A.	246	212
Ventos da Lagoa Energia S.A.	246	225
Ventos do Litoral Energia S.A.	225	208
Ventos dos Índios Energia S.A.	2.151	958
Ventos de São Fernando I S.A.	100	150
Ventos de São Fernando II S.A.	104	4.502
Ventos de São Fernando III S.A.	42	2.898
Ventos de São Fernando IV S.A.	48	-
Ocasulo Serviços de Organização, Promoção	1	-
Clientes Diversos	32	-
	<u>4.617</u>	<u>11.966</u>
Ativo Circulante	4.617	11.966

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2021.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão demonstrados como segue:

	2021	2020
IR a compensar	-	43
CSLL A COMPENSAR	5	-
PIS a recuperar	1	-
COFINS a compensar	3	-
CSLL RETIDO A RECUPERAR	223	-
ISSQN a recuperar	1	20
IR E CSLL	160	-
	<u>393</u>	<u>63</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada pelo critério de Lucro Presumido que é baseado na Receita Bruta do exercício sobre a qual é aplicada a alíquota de 32% para venda de serviços. O resultado desse cálculo é acrescido das receitas financeiras e aplicada a alíquota conforme legislação vigente, como segue:

Provisão do IR e CS - Lucro Presumido

	2021	2020
Receita Bruta	53.389	41.051
Base de Cálculo Lucro Presumido (32% Faturamento)	17.085	13.136
Outras Receitas	0	0
Receitas Financeiras	785	171
Total Base de Cálculo IRPJ	17.869	13.307
Total Base de Cálculo CSLL	17.869	13.307
IRPJ à alíquota 25%	4.444	3.303
CSLL à alíquota 9%	1.608	1.198
Outras diferenças permanentes – líquidas		
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.052	4.500

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central:

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	2021			2020
		<u>Custo</u>	Depreciação e amortização acumulada	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Administração central:					
Terrenos		66	-	66	66
Instalações	10%	1.568	(1.317)	251	363
Móveis e utensílios	10%	461	(370)	91	62
Máquinas e Equipamentos	10%	1.145	(559)	586	214
Informática	20%	1.490	(1.237)	253	218
Torres Anemométricas	10%	4.268	(1.554)	2.715	2.228
Veículos	20%	374	(335)	38	113
Outros	10%	48	-	48	48
		<u>9.420</u>	<u>(5.372)</u>	<u>4.047</u>	<u>3.312</u>

	Imobilizado em Andamento	Terrenos	Torres Anemométricas	Máquinas e Equipamentos e Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	329	66	1.754	832	2.981
Adições	-	-	732	137	869
Transferências	(329)	-	-	329	-
Depreciação do exercício	-	-	(258)	(280)	(538)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	66	2.228	1.018	3.312
Adições	-	-	835	599	1.434
Depreciação do exercício	-	-	(348)	(351)	(699)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	66	2.715	1.266	4.047

9.1. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

10. FORNECEDORES

Trata-se de obrigações com fornecedores o qual serão quitados no prazo máximo de 90 dias.

	2021	2020
Contas a pagar a fornecedores	431	324

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 12).

11.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Dívida	-	-
Caixa, saldos de bancos e aplicações vinculadas (a)	<u>9.714</u>	<u>12.036</u>
Dívida líquida	(9.714)	(12.036)
Patrimônio líquido (b)	11.651	16.896
Índice de endividamento líquido	(0,83)	(0,71)

(a) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

11.2. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e Equivalente de Caixa	9.714	9.714	12.036	12.036
Contas a Receber	<u>4.617</u>	<u>4.617</u>	<u>11.966</u>	<u>11.966</u>
Total dos ativos financeiros	14.331	14.331	24.002	24.002
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	<u>431</u>	<u>431</u>	<u>324</u>	<u>324</u>
Total dos passivos financeiros	431	431	324	324

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
- b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

11.3. Objetivo da administração dos riscos financeiros

A Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

11.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de juros irão afetar o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

11.5 Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

11.6 Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, conseqüentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

12 PROVISÕES

Provisão constituída em 2021 no valor de R\$ 5.748 (R\$ 7.771 em 2020) referente aos gastos a realizar com investimentos.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.800, é representado por 1.800.000 mil quotas de valor nominal R\$ 1,00.

b) Reservas de lucro:

b.1) Reserva Legal – A Companhia por se equiparar a sociedade de grande porte optou por adotar integralmente a legislação societária brasileira, nesse contexto, a Companhia definiu transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva Especial de Lucros – no exercício 2021 a companhia constituiu reserva especial de lucros de R\$ 27.817 (R\$ 14.562 em 2020).

c) Distribuição de lucro:

No exercício de 2021 foram distribuídos lucros no total de R\$ 33.062 (R\$ 15.000 em 2020).

14 RECEITA

A seguir, segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta	53.389	41.051
Impostos sobre vendas	<u>(3.347)</u>	<u>(2.625)</u>
Receita líquida	50.042	38.426

15 DESPESA POR NATUREZA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa Classificada por função		
Custo da Operação	5.925	8.806
Gerais e Administrativas	<u>10.731</u>	<u>10.700</u>
Total	<u><u>16.656</u></u>	<u><u>19.506</u></u>
Despesa Classificada por natureza		
Despesa com Projeto	5.226	8.268
Depreciação	699	538
Despesas com Pessoal	6.640	5.975
Despesa com Seguros	18	22
Despesa com Serviços Profissionais	1.875	2.594
Outras Despesas Administrativas	<u>2.198</u>	<u>2.109</u>
Total	<u><u>16.656</u></u>	<u><u>19.506</u></u>

16 RECEITA (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas aplicações financeiras	<u>785</u>	<u>270</u>
Receitas financeiras	<u><u>785</u></u>	<u><u>270</u></u>
IOF	220	3
Outros	<u>82</u>	<u>26</u>
Despesas financeiras	<u><u>302</u></u>	<u><u>29</u></u>

Silvio Marcelino Bobrowski
 CPF 714.342.320-34
 CRC RS 52920/O-9
 Contador